Aviso n.º 38/94:

Torna público ter a Colômbia depositado, junto do Departamento Federal Suíço dos Negócios Estrangeiros, a 1 de Setembro de 1993, o instrumento de adesão ao Primeiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 1949 420

Aviso n.º 39/94:

Torna público ter Malta depositado, junto da Secretária-Geral do Conselho da Europa, a 26 de Novembro de 1993, o instrumento de ratificação da Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e do Meio Natural da Europa 420

Aviso n.º 40/94:

Torna público ter o Principado de Andorra depositado, junto do Departamento Federal Suíço dos Negócios Estrangeiros, o instrumento de adesão às Convenções de Genebra de 1949 420

Aviso n.º 41/94:

Torna público ter Chipre depositado, junto da Secretária-Geral do Conselho da Europa, o instrumento de ratificação da Convenção Europeia sobre a Protecção dos Animais de Companhia 420

Aviso n.º 42/94:

Torna público terem as ilhas Marshall e Antígua e Barbuda depositado, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, o instrumento de ratificação e o Congo depositado o instrumento de adesão à Convenção sobre os Direitos da Criança 420

Aviso n.º 43/94:

Torna público terem a Geórgia e o Uzbequistão depositado, junto do Departamento Federal Suíço dos Negócios Estrangeiros, a 14 de Setembro e a 8 de Outubro de 1993, respectivamente, o instrumento de adesão às Convenções de Genebra de 1949, concluídas em Genebra, a 12 de Agosto de 1949, e aos Protocolos Adicionais I e II, concluídos em Genebra a 12 de Dezembro de 1977 420

Ministério da Educação**Decreto-Lei n.º 24/94:**

Regula o processo de instalação dos estabelecimentos de ensino superior politécnico 420

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**Decreto-Lei n.º 22/94**

de 27 de Janeiro

O Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, ao proceder à reforma geral da regulamentação do sistema financeiro português, com exclusão do sector de seguros e de fundos de pensões, veio suscitar a necessidade de se introduzirem alterações à disciplina específica dos vários tipos de instituições e sociedades por ele abrangidos.

O actual quadro legal das sociedades administradoras de compras em grupo, abreviadamente SACEG, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 237/91, de 2 de Julho, necessita de ser adaptado, em sintonia com a modernização do sistema financeiro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º Os artigos 8.º, 10.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 237/91, de 2 de Julho, passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 8.º

[...]

O capital social das SACEG será obrigatoriamente representado por acções nominativas ou ao portador registadas.

Artigo 10.º

[...]

Nos termos do artigo 196.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras,

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, poderão ser impostos limites ao valor global dos contratos de compra em grupo celebrados por uma SACEG, nomeadamente em função dos fundos próprios respectivos.

Artigo 22.º

[...]

- a) Relativamente às SACEG, as disposições aplicáveis do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras;
- b)

Art. 2.º São revogados os artigos 5.º e 7.º, o n.º 2 do artigo 6.º e os n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 237/91, de 2 de Julho.

Art. 3.º Enquanto não for exercida a competência estatuída no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 237/91, de 2 de Julho, com a redacção que lhe dá o presente diploma, mantêm-se em vigor a Portaria n.º 357/92, de 22 de Abril.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 18 de Novembro de 1993. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Jorge Braga de Macedo* — *Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira*.

Promulgado em 6 de Janeiro de 1994.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 11 de Janeiro de 1994.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.